*Artigo

A INSANÁVEL SITUAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

A efetiva organização da Previdência Social no Brasil começou em 1923 (Lei Eloi Chaves), com a criação das Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPS), sob regime de capitalização. Em 1930 o governo (Vargas) suspendeu as CAPS que foram substituídas por Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPS), autarquias nacionais, e assim a filiação passou a ser por categoria, surgindo o IAPM (Marítimos), IAPB (Bancários), IAPI (Industriários), IAPC (Comerciários), e outros. Em 1964 o sistema foi reformulado com a fusão de todo os IAPS no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). Com seguidas reformulações chegou à estrutura que tem hoje.

Depois da unificação (em 1964), quando a Previdência voltou ao marco zero, começou de novo com lastro de recursos acima da despesa, porém os governos usaram mal as reservas, investindo em áreas diversas do âmbito previdenciário. Vale recordar que a ponte Rio-Niterói, obra monumental, importante e necessária recebeu financiamento com recursos da Previdência, os quais jamais voltaram à origem. A imprevidência dos governos que se seguiram levou o sistema a crises constantes e déficits até hoje insanáveis.

O problema foi acrescido por gestões incompetentes em diversos órgãos nos Estados, corrupção e fraudes que ainda persistem. Recentemente a Polícia Federal descobriu mais uma, cujo rombo chega a R$ 5 milhões, pouco em comparação a outros casos que enriqueceram ilicitamente altos funcionários, auditores e advogados, sendo o episódio da Jorgina de Freitas (advogada e procuradora previdenciária à época) o mais notável. Além disso, houve equívocos de visão estratégica e nos cálculos atuariais. Governos populistas e demagogos incluíram na conta da Previdência benefícios que nada têm a ver com aposentadorias e pensões, como salário família, salário maternidade, etc.

Pode-se afirmar que a Previdência Social vem sendo sistematicamente assaltada, saqueada, rapinada. Seu déficit é hoje enorme, fechou 2014 em R$ 50 bilhões, segundo informação do Ministério da Previdência Social. Isso é irrecuperável, sabendo-se que a PS paga mais do que arrecada, pois sequer leva em conta a progressão da perspectiva da vida dos brasileiros, que de 60 anos passou para 74,9 anos, de acordo com dados do IBGE. Esse nó górdio é responsável por boa parte do problema. Estados com sistemas próprios também estão na mesma situação. Há poucos dias o Paraná enfrentou difícil momento ao tentar atacar o problema de maneira equivocada, segundo lideranças sindicais dos professores e outras categorias do funcionalismo público que entenderam ser a proposta uma clara manobra do Executivo para utilizar-se de recursos do Fundo Financeiro Previdenciário em socorro à quebra de caixa do governo.

A Previdência Social exige ampla e corajosa reforma, tão ampla que nenhum governo quer realizá-la, exatamente por que carece de coragem e decisão política. Ao longo do tempo, em vez de reformas são feitos remendos pontuais, visando apenas combater o efeito. Em abril de 2012 o governo deu um passo à frente para amenizar o seu próprio problema instituindo o regime de Previdência Complementar para os servidores públicos civis da União. Fixou limite máximo para as aposentadorias e pensões a serem concedidas pela União de acordo com o teto estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social, visando com isso evitar pagar aposentadorias milionárias, embora tenham sido resguardados os direitos de quem já está aposentado. Os funcionários que queiram melhorar os valores de aposentadoria podem contribuir para as três Fundações de Previdência Complementar (mais conhecidas como Fundos de Pensão), criadas pela mesma lei.

Falta agora atacar o sistema que envolve trabalhadores da iniciativa privada, que é bastante complicado porque mexer com direitos e benefícios sociais é iniciativa impopular. Recentemente o novo ministro Carlos Gabas, funcionário de carreira da Previdência e supostamente conhecedor dos problemas, declarou: "Não defendemos uma grande reforma, precisamos fazer alguns ajustes, mas de acordo com a evolução demográfica". Garantiu também que não haverá qualquer estudo sobre mudança na idade mínima para aposentadoria.

Luiz Carlos Borges da Silveira

Diário da Serra

O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA

Propriedade da Gráfica e Editora Diário da Serra Ltda - ME
ISSN 2238-6467
FUNDADO EM 11 DE NOVEMBRO DE 1996
Edição on line desde 06 de setembro de 1997

ENDEREÇO
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Jardim do Lago II • Tangará da Serra - MT CEP: 78300-000
Fone (65) 3326-4724 Fax 3326-6501

CIRCULAÇÃO
Tangará da Serra, Nova Olímpia, Denise, Arenápolis, Nortelândia, Nova Marilândia, Santo Afonso, Barra do Bugres, Campo Novo do Parecis e Sapezal
Tiragem total: 1,5 mil exemplares

ADMINISTRATIVO
DIREÇÃO GERAL
Mano Reski
mano@diariodaserra.com.br
DIREÇÃO ADMINISTRATIVA
Silvana Tormes
silvana@diariodaserra.com.br

REDAÇÃO
DIREÇÃO DE JORNALISMO
Fabiola Tormes
CONTATO
redacao@diariodaserra.com.br

DEPTO. DE ARTES
Gustavo Rodrigues Pilotti
Reinaldo Manarim Neto
Maykon Henrique Moura
CONTATO
ds@diariodaserra.com.br
adm@diariodaserra.com.br

DEPARTAMENTO COMERCIAL
PUBLICIDADE E ASSINATURA
Diário da Serra Editora e Publicadora Ltda
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Sala 01
CNPJ 10.285.184/0001-07

PUBLICIDADE LEGAL
E. Tormes & Cia Ltda-ME
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Sala 02
CNPJ 14.048.123/0001-07

GRÁFICA
Gráfica e Editora Diário da Serra Ltda - ME
Av. Tancredo Neves, 1247-W
CNPJ 01.828.544/0001-09

CONTATO
ds@diariodaserra.com.br
diariodaserra@hotmail.com.br
65 3326-4724

CENTRAL DO ASSINANTE: 65 3326-6501
www.diariodaserra.com.br

*Curtas

Aula inaugural

Os alunos do Curso de Formação Inicial e Continuada em Eletricista de Rede de Distribuição de Energia Elétrica com NR-10 participaram na manhã de ontem da Aula Inaugural. Da solenidade participaram representantes da Energisa, o diretor da Escola Técnica Estadual de Educação Profissional e Tecnológica de Tangará da Serra (ETEC), Juvenil Gilberti, o proprietário da empresa STS, João Garcia, e os professores . Durante o evento o empresário ressaltou a importância da parceria com o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia e Escola Técnica, para a profissionalização. Em seu discurso, o diretor da ETEC Tangará destacou a necessidade de cursos profissionais e anunciou, para o segundo semestre deste ano, a realização dos cursos de Edificações, Vendas e um na área de turismo.

José & Abel

O filme "José & Abel com o Santo Casamenteiro" será lançado e exibido neste sábado, 13, às 19h, no teatro do Cerrado Zulmira Canavarros, anexo da Assembleia Legislativa. Os ingressos custam R$ 30 e estudantes pagam meia R$ 15.Escrito por Sebastião Moreira da Silva, o filme conta a história de Alto Coité (localizado a 250 km de Cuiabá), distrito de Poxoréu.

Famoso

Conta com a participação do ator da Rede Globo de Televisão, Ataíde Arcoverde, do programa humorístico Zorra Total e também de Jone Brabo, que participou da novela Salve Jorge. O filme conta a história de dois jovens que disputam para conquistar a filha do coronel, e foi adaptado da peça O Casamento da Prima. A comédia romântica conta em sua maioria, com atores locais.

Alto Coité

"Gravamos o filme no distrito de Alto Coité, foram oito meses de gravação, foi feito com muita garra, realizado pela companhia Arte Viva, de Primavera do Leste e contou com a participação de 115 atores, entre figurantes, atores e colaboradores. O lançamento na região foi feito em dezembro, e agora estamos apresentando para o Estado", disse o diretor do filme.

Agradecimentos

O diretor agradeceu o apoio da Assembleia Legislativa para a realização do evento no teatro da Casa de Leis. "Já é difícil produzir cinema no Brasil, imagine em Mato Grosso. É uma oportunidade imensa lançar esse filme no teatro da Assembleia Legislativa, contando a história do povo guerreiro de Alto Coité, de Poxoréu, daquela região do garimpo, que sofreu na época em que os coronéis mandavam", afirmou.

*Bastidores da Política

Hospital Regional

A audiência pública que acontece amanhã, 12, tratará sobre a implantação do hospital regional em Tangará da Serra. Um tema que não é de hoje que vem sendo abordado por políticos da região. Mas quem sabe... agora vai? Isso é o que todos se perguntam já cansados de sofrerem buscando atendimento no caos da saúde pública.

Chororô

O anúncio de que o Estado não tem dinheiro para regionalizar hospitais municipais, feito por Bertúlio, deixou um pulga atrás da orelha, porque vai contra as esperanças deixadas pelo secretário durante sua visita a Tangará no mês passado, em que ele deu vários indicativos de apoio do Estado para a melhorar a Saúde do município.

Dúvida

Mas afinal, o que pretendem? Regionalizar o Hospital Municipal ou construir um Hospital Regional? Pelo que parece para o município seria mais plausível a regionalização, pois receberia recursos do Estado para a manutenção do hospital, e em contra partida, seria o responsável em atender pacientes da região, o que já vem fazendo.

Especulações

Entretanto, pelo que parece, os deputados Saturnino e Wagner querem a construção de um novo hospital para atender a demanda da região. Em meio a tando disse que disse, tanto uma quanto a outra alternativa beneficiaria a população tangaraense, isto é, se pelo menos uma das opções se tornar realidade, o que por enquanto só existe no campo das especulações.

Conclusão

Mas vale enfatizar que a audiência fomentará as discussões, mostrando ao governo do Estado que Tangará está mesma disposta a lutar pela causa e que não será o chororô de Bertúlio que desanimará a população e a classe política de lutar por uma Saúde de qualidade. Caso tudo isso não dê em nada, talvez concluiremos que tudo não passou de politicagem.

Rogério Silva

Parlamentar destacou a importância do Programa Municipal de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Peixe e da Aquicultura Familiar. O vereador ajudou a aprovar na Câmara o Projeto de Lei 60/2015 autorizando a abertura de Crédito Adicional para propiciar o fortalecimento da cadeia produtiva do peixe através do programa.

Investimento

"Tenho conhecimento de que atualmente há mais de cem pessoas cadastradas na Secretaria Municipal de Agricultura, que têm interesse em aderir ao programa. E a aquisição desses equipamentos irá tornar isso possível, então merece o apoio e a aprovação", afirma o vereador Rogério Silva, ao lembrar o Município promoveu cursos para os interessados em piscicultura.

Incentivo

Segundo o parlamentar, é preciso incentivo do poder público à geração de emprego e renda no campo, especialmente para a agricultura familiar. Rogério Silva lembrou que no Legislativo o projeto recebeu votos favoráveis de todos os vereadores, o que demonstra o quanto os edis estão empenhados em apoiar iniciativas em favor dos trabalhadores rurais.

"Chegou a Hora da Articulação política", afirma Sommavilla

Ilustração: Maykon Moura

Sílvio Sommavilla (PV) afirmou esta semana na tribuna da Câmara, que a construção e instalação do Hospital Regional em Tangará da Serra depende agora de articulação política. A conquista de apoio popular e regional, afirmou o vereador, já foi feita pela Comissão Pró-Instalação do Hospital Regional, formada pela Câmara Municipal em 2014. "Todo esse trabalho de busca de apoio da população, de busca de apoio regional, apoio institucional, até a assinatura do governador Pedro Taques em favor da instalação do Hospital Regional em Tangará da Serra nós conseguimos. Todo esse trabalho o Poder Legislativo tangaraense já fez. O momento hoje é outro, é de articulação. O trabalho agora é também discutir um modelo de gestão dessa unidade regional, podendo ser via consórcio, entidades filantrópicas, fundação e ou outros modelos inovadores que deram certo em outras regiões do país. É preciso ações práticas", afirmou o vereador Sílvio Sommavilla.